

**Jesus Tupã Silveira Gomes**

***CONTROLE DE  
CONVENCIONALIDADE  
NO PODER JUDICIÁRIO***

**Da Hierarquia Normativa ao Diálogo  
com a Corte Interamericana de  
Direitos Humanos**

Curitiba  
Juruá Editora  
2018

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-8436-1**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná Brasil  
Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Gomes, Jesus Tupã Silveira.

G633 Controle de convencionalidade no Poder Judiciário: da hierarquia normativa ao diálogo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos./ Jesus Tupã Silveira Gomes./ Curitiba: Juruá, 2018.  
176p.

1. Direitos humanos. 2. Poder Judiciário. I. Título.

00088

CDD 342 (22.ed)  
CDU 342

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	13
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 LIMPANDO O TERRENO: CONSTRUINDO UM CONCEITO DE CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE</b> .....	21
2.1 UM PRESSUPOSTO INDISPENSÁVEL: A POSIÇÃO PRIVILEGIADA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS .....	21
2.1.1 A Pirâmide Normativa e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos .....	22
2.1.2 O <i>Status</i> Hierárquico-Formal das Disposições Convencionais na América Latina e no Brasil .....	24
2.2 ESTABELECENDO UM MÍNIMO DE PROTEÇÃO NA AMÉRICA LATINA: O PARÂMETRO DE CONVENCIONALIDADE .....	29
2.2.1 Definição do <i>Corpus Juris</i> Interamericano .....	30
2.2.2 O Ideal Hispano-Americano de um Direito Constitucional Comum .....	33
2.3 DIFERENCIANDO O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE DA RESPONSABILIDADE POR VIOLAÇÃO DE OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS .....	37
2.3.1 A Compatibilização entre os Atos Normativos Nacionais e o <i>Corpus Juris</i> Interamericano .....	38
2.3.2 Descumprimento de Obrigações Convencionais e Responsabilização Internacional do Estado .....	40
2.4 A DECLARAÇÃO DE INCONVENCIONALIDADE: ESTADO DA ARTE A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS .....	46
2.4.1 Efeitos, em Relação aos Estados, dos Julgamentos Proferidos pela CortelDH .....	47

2.4.2	Eficácia do Julgamento da CorteIDH sobre os Atos Normativos Nacionais .....	52
2.5	<b>SUPERANDO OS PADRÕES ATUAIS: UMA PROPOSIÇÃO DE MODELOS DE CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE</b> .....	54
2.5.1	O Controle Internacional ou Tradicional .....	55
2.5.2	O Controle Interno.....	57
2.5.3	O Controle Interamericano .....	61
<b>3</b>	<b>ESPALHANDO SEMENTES: INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE</b> .....	<b>65</b>
3.1	<b>DA PIRÂMIDE À BÚSSOLA: CONSTRUINDO UMA IDEIA DE PRIMAZIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS</b> .....	<b>66</b>
3.1.1	O Caráter Especial dos Tratados Internacionais Incorporados ao Direito Brasileiro.....	66
3.1.2	A Flexibilização do Critério Hierárquico-Formal Quanto aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	72
3.1.3	O Princípio <i>Pro Persona</i> e o Estabelecimento da Primazia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	79
3.2	<b>O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E O DIÁLOGO ENTRE CORTES</b> .....	<b>84</b>
3.2.1	<i>Let's sprechen la stessa langue</i> : a necessidade de uma linguagem comum para o estabelecimento de um diálogo amplo e aberto entre Cortes .....	85
3.2.2	Os Julgamentos da CorteIDH e sua Influência nos Ordenamentos Jurídicos Nacionais.....	90
3.3	<b>O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE FRENTE A UMA TEORIA INTERAMERICANA DOS PRECEDENTES</b> ....	<b>96</b>
3.3.1	Os Parâmetros Fixos de Pré-Julgamento: da Vinculação ao Texto da Lei aos Precedentes Vinculantes .....	97
3.3.2	A Eficácia Vinculante dos Julgamentos Proferidos pela CorteIDH: uma Análise a Partir da Supervisão ao Cumprimento de Sentença Exarada no Caso <i>Gelman vs. Uruguay</i> ..	102
<b>4</b>	<b>COLHENDO FRUTOS: O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO</b> .....	<b>109</b>
4.1	<b>DIFICULDADES PARA A REALIZAÇÃO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE</b> .....	<b>110</b>
4.1.1	Os Poderes Legislativo e Executivo e os Jogos Político-Partidários .....	111

4.1.2	O Poder Judiciário e a Disputa na Concretização dos Direitos Humanos.....	116
4.2	O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO E SUA VINCULAÇÃO AO <i>CORPUS JURIS</i> INTERAMERICANO.....	123
4.2.1	O Caráter Vinculante do <i>Corpus Juris</i> Interamericano: o Juiz Brasileiro, o Princípio <i>Pro Persona</i> e o Diálogo entre Cortes.....	123
4.2.2	(Quase) de Costas para a América Latina: Considerações sobre um Diálogo Incipiente entre o STF e a CorteIDH ....	128
4.3	UM MODELO BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE .....	134
4.3.1	Um Controle Interno e Jurisdicional... ..	135
4.3.2	... De Natureza Difusa... ..	139
4.3.3	... Fundado no Diálogo entre Cortes e no Princípio <i>Pro Persona</i> .....	143
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	149
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	153
	<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	167